

RAYMOND ARON, SOBRE A GUERRA, A PAZ E A LEGITIMIDADE DA FORÇA*

Pierre Hassner

Um misto de firmeza e moderação é, porventura, a melhor forma de caracterizar a postura de Raymond Aron em relação à política internacional, mas cabe também referir a plena consciência que tinha das complexidades e da necessidade de agir e de fazer escolher, ciente de que, tal como aliás já o referira na sua tese *Introduction à la Philosophie de l'Histoire*, uma decisão é sempre tomada entre a ignorância e a incerteza. Contudo, o primeiro princípio do método de Aron consiste em nunca perder de vista a complexidade, mesmo quando se age, nem nunca esquecer a necessidade de efectuar escolhas, inclusivamente quando se analisam essas complexidades.

Outros princípios ficaram bem patentes no final da sua sessão inaugural na Sorbonne. E a eles sempre se manteve fiel, fosse qual fosse a polémica: respeito pelos factos e respeito pelos seus interlocutores, disposição para admitir os casos, raros, em que fizera um juízo errado e para alterar a sua postura em consequência. Mais singular é a atenção consagrada ao estatuto das suas próprias declarações, que os especialistas da lógica designam a «Modalidade do Juízo», ou seja, a distinção entre (diversas categorias de) juízos assertóricos ou afirmativos, juízos apodíticos (proclamando o carácter necessário ou incontestável de um juízo) e hipotéticos, e a relação que entre eles se estabelece partindo do pressuposto de que «se algo é possível...» não significa que seja necessário; antes, se algo é real deve ser possível, etc. Existem distinções que são tão óbvias quanto indispensáveis para elaborar correctamente um raciocínio, mas, na prática, é muito raro serem aplicadas de forma coerente.

No seu tempo, Aron foi dos poucos que nunca se furtou a essa prova.

Finalmente, quanto à sua abordagem intelectual das relações internacionais, assim como da história e da sociedade em geral, tinha o cuidado de evitar a dupla cilada do pressuposto da racionalidade ou irracionalidade total, mormente tratando-se de assuntos humanos. Não acreditava na existência de um sentido global da história, nem que fosse «uma fábula contada por um tolo, pejada de rumor e furor, desprovida de qualquer significado». Ao invés, inspirando-se em Max Weber e no filósofo francês Cournot, acreditava na existência de sequências lógicas, inerentes a dado campo ou dada época,

embora o modo como essas sequências ou tendências se cruzam ou interagem reciprocamente não só não seja previsível como produz o acontecimento. O papel do analista e do historiador consiste precisamente em saber destrinçar essas encruzilhadas, onde a concomitância da necessidade, da escolha e do acidente consegue produzir resultados diversos.

Esses princípios e abordagens aplicados por uma mente de ímpar acuidade e clareza, como a dele, explicam que os seus juízos tenham sido quase sempre acertados. Mas explicam igualmente as suas limitações, em particular nos seus trabalhos teóricos, que por vezes se revelam assaz fragmentados e estáticos pelo simples facto de Aron ter a maior relutância em sacrificar rigor e prudência no intuito de favorecer uma visão global ou profética. Isso talvez também o tenha impedido de formular uma síntese abrangente ou uma ideia central dominante (como aconteceu, por exemplo, com Tocqueville acerca das questões do rumo para a igualdade) e tenha suscitado determinados mal-entendidos, nomeadamente quanto aos seus trabalhos teóricos. Estes devem ser sempre confrontados e articulados com as suas opções e os seus compromissos políticos.

AS QUATRO DIMENSÕES DE ARON

Poderíamos dizer que existem pelo menos quatro Arons: o filósofo de *Introduction à la Philosophie de l'Histoire*, que é antes de tudo um crítico epistemológico da ciência histórica, na linha de Max Weber; o crítico da ideologia, em particular do totalitarismo, e o defensor da democracia liberal; o intérprete da sociedade moderna e da história do século XX; e o analista das relações internacionais. No âmbito da quarta dimensão, aquela que nos interessa mais directamente neste ensaio, há que distinguir o comentador político e estratégico que fez a cobertura de todos os acontecimentos e debates desde a II Guerra Mundial até à sua morte, em jornais diários, publicações periódicas e ensaios, abordando assuntos correntes e controvérsias (como *Le Grand Débat*, sobre a estratégia nuclear americana e francesa), do historiador e sociólogo da guerra do século XX (como em *Les Guerres en Chaîne* e *La Société Industrielle et la Guerre*), e do teórico das relações internacionais (como em *Paz e Guerra* e a sua monumental obra em dois volumes sobre Clausewitz – cujo subtítulo é *Penser la Guerre – Pensar a guerra*).

O próprio Aron tinha uma preferência pronunciada por estes dois últimos livros (para além da sua tese de doutoramento), considerando-os mais escolásticos e filosóficos do que os demais. O livro acerca de Clausewitz é certamente a mais impressionante obra alguma vez escrita sobre o estratega prussiano. Aliás, a interpretação filosófica de Aron, que insiste na diferença conceptual entre guerra absoluta e guerra real e salienta a primazia do político, é, do ponto de vista intelectual, a mais satisfatória, embora tenha sido alvo de muitas acusações por minorar o papel da violência e cair na tentação de romantizar a guerra, o que não estava completamente ausente em Clausewitz. A par de *A Study of War* da autoria de Quincy Wright, *Paz e Guerra* constitui o tratado mais abrangente sobre a guerra ou, melhor dizendo, sobre as relações internacionais, no século XX. No meu

entender, porém, embora os seus vários capítulos, páginas e até parágrafos estejam repletos de substância e, volvidos quarenta e cinco anos, ainda serem frequentemente determinantes quando se trata de dirimir acerca dos temas respectivos, no seu todo padece de dois defeitos de monta. Carece de uma definição ou de um conceito central de guerra e é construído a partir de distinções, demasiado rígidas e estáticas, entre teoria, sociologia, história e praxeologia, ou entre política interna e política internacional, por sua vez definidas por oposição entre Estado civil, ou Estado de direito, e Estado de natureza ou de guerra (em que cada actor se reserva a si próprio o direito de recorrer à força), ou ainda entre relações interestaduais e sociedade transnacional.

O que fez com que à sua teoria fosse aposto o epíteto «gaullista», e que seja habitual arrumá-lo dentro da escola «realista», quando na realidade os seus trabalhos políticos e a sua acção denotam a importância crucial que atribuía aos regimes e ideologias, bem como ao confronto entre democracia e totalitarismo à escala mundial. De igual modo, era-lhe imputado o facto de, no final da década de 1950 e no início dos anos 60, ter apregoado a teoria da convergência entre Leste e Oeste, porque o primeiro – e mais lido – volume da sua trilogia sobre a sociedade industrial recorreu a esse conceito abrangente para evocar a infra-estrutura industrial das sociedades modernas, quando os dois volumes seguintes, um sobre «Luta de classes» e o outro sobre «Democracia e totalitarismo», enfatizam as oposições mais relevantes entre as suas estruturas sociais e os regimes políticos respectivos.

Esses mal-entendidos e essas limitações esbatem-se quando se consideram mais concretamente as obras em que Aron interpreta o século XX à luz de uma abordagem que tanto pode ser designada «história filosófica» como «sociologia histórica». Refiro-me, em particular, a *Le Grand Schisme*, que veio a lume em 1948, no qual nos brinda com a caracterização e previsão definitiva acerca da Guerra Fria («Paz impossível, guerra improvável») e *Les Guerres en Chaîne* (1951) em que, aplicando o método delineado em *Introduction à la Philosophie de l'Histoire* desmonta com maestria a dialéctica entre necessidade, acidentes e escolha, guiando-nos da I Guerra Mundial (inicialmente um falhanço do sistema diplomático) até à II Guerra Mundial e à Guerra Fria, através da evolução da tecnologia, do desenvolvimento da propaganda ideológica, da centralização do Estado, da queda dos impérios continentais e da vitória das revoluções totalitárias. Estou ainda a pensar em pequenos ensaios como *On War*, *La Société Industrielle et la Guerre*, e *Dawn of Universal History*, onde se debate com o logro das previsões do século XIX relativas ao carácter pacífico do século XX e da sociedade industrial, bem como com a interacção entre aquilo a que chama «o processo» da evolução social e tecnológica, que leva a guerra a tornar-se crescentemente irracional e aquilo a que chama «o enredo», ou seja, a luta travada entre homens e entre unidades políticas em prol de poder e glória.

A PAR DE A *STUDY OF WAR* DA AUTORIA DE QUINCY WRIGHT, *PAZ E GUERRA* CONSTITUI O TRATADO MAIS ABRANGENTE SOBRE A GUERRA OU, MELHOR DIZENDO, SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, NO SÉCULO XX.

É certo que todas estas obras acabam num ponto de interrogação no que diz respeito ao futuro da humanidade e da natureza do Homem. Pergunta posta em termos muito semelhantes na parte final de *Paz e Guerra* e de *Clausewitz*. É igualmente verdade que Aron pode parecer ficar aquém tanto em termos de prescrições como de previsões, na medida em que as suas páginas sobre ética, como o realça Hedley Bull, se cingem geralmente a indicar tensões ou dilemas e a recomendar prudência, o que dificilmente constitui uma doutrina ética¹. Podemos, no entanto, sintetizar os seus ensinamentos prescritivos sobre a guerra pelas três proposições seguintes:

- A paz é sempre preferível à guerra; não se deve, tal como foi feito por pensadores tão distintos quanto Lenine, Ludendorff e Foucault, inverter a fórmula clausewitziana e ver na política a continuação da guerra por outros meios.
- Não obstante, o pacifismo não é a resposta; a guerra deve ser evitada através da potência e da dissuasão, e ser por vezes aceite como derradeiro recurso.
- Não sendo possível eliminar a guerra, e nem sempre evitá-la, esta deve ser restringida tanto nos seus objectivos como nos seus meios: nunca se deve abandonar o esforço conducente a evitar a escalada, inclusive em pleno confronto.

DO USO DA FORÇA: PORQUÊ, QUANDO E COMO

Essa atitude geral conduziu Aron a opções e prescrições que, muito embora se baseiem no contexto da sua época, revelam-se amiúde pertinentes para os nossos dilemas actuais. Isso aplica-se, em particular, às disputas de hoje entre americanos e europeus. Relativamente à questão da legitimidade, propaga-se actualmente a perspectiva segundo a qual os europeus se converteram ao direito internacional – quando, anteriormente, se mostraram bastante irónicos acerca do wilsonianismo e da ONU –, entendendo agora que a legitimidade decorre do direito internacional materializado pelas instituições – acima de tudo pelo Conselho de Segurança. E os americanos, quanto mais não seja na explicação de Robert Kagan e Francis Fukuyama, entendem a legitimidade como sendo o fruto (essencialmente) da Constituição americana e do eleitorado americano, e não do consentimento de outros países ou, até, de princípios universais.

De modo que, em *Paz e Guerra*, o pensamento de Aron acerca do tipo de paz que pode emergir para além da *power politics*, desenvolve dois capítulos paralelos sobre a paz – «La paix par la loi» e «La paix par l’empire» (paz pela lei e paz pelo império), onde critica ambas. A originalidade da sua posição é interessante para os nossos debates de hoje. De igual forma, e no mesmo livro, diz opor-se ao desarmamento, ao desarmamento unilateral e à crença no desarmamento geral, e, por outro lado, diz opor-se à procura de uma vitória militar contra a União Soviética. No decurso da Guerra Fria também não acreditava, como Walter Lippmann e Hans Morgenthau, na possibilidade de se chegar a uma grandiosa resolução ou negociação com os russos nem no facto de a Guerra Fria acabar em Armagedão ou em desastre generalizado.

Onde situá-lo, afinal? Não muito distante da posição realista. Mas esse realismo era informado e moderado, tendo em conta a importância que atribuía aos regimes políticos e à ideologia, por um lado, e às esperanças que nutria quanto à evolução positiva da sociedade industrial, tornando-se a guerra a opção menos proveitosa e menos racional, por outro. Começamos pela sua crítica ao direito internacional. É bastante convencional, diria eu, embora seja uma convenção que remete para Hobbes e Hegel entre muitos outros: a lei internacional não é verdadeiramente lei, encontra-se na esfera do dever, não depende de uma autoridade, nem acarreta condicionalismo – não há pretor, segundo diz –, daí, em bom rigor, ninguém cumprir a Carta da ONU. Creio que teria concordado com os recentes artigos de Michael Glennon onde diz ter chegado a hora de abandonar esta ilusão porque algo que só é honrado pela violação não tem valor legal².

Tinha uma noção bastante simples: os estados encontram-se no estado de natureza, não de estado civil; as relações internacionais são definidas por cada estado que se reservam o direito de usar a força quando falham as negociações. Por conseguinte, não se opunha à de preempção ou prevenção, que poderia ser indispensável, em determinados casos extremos. No outro capítulo esboça a crítica do império. O seu livro sobre a América intitula-se *La Republique Imperiale*. Não se coibiu de falar num império americano – não que a América almejasse posses mas tinha uma visão assimétrica do direito: determina a lei e aquilo que se aplica aos outros sem que se lhe aplique. E, tal como Montesquieu, considerava que uma república que é imperial põe em perigo o seu próprio carácter republicano. Por isso mesmo opunha-se tanto à cruzada wilsoniana em nome da lei como às cruzadas imperiais. Tinha por lema a moderação e a sabedoria e a preocupação de ganhar tempo – ao fim ao cabo, a noção base de contenção. Nisso concordava com Kennan, estando contudo muito mais atento às necessidades de rearmamento militar e aos perigos da União Soviética. Mas, no essencial, a sua visão assentava na contenção.

Quanto às relações com a União Soviética, tinha esta fórmula que, quanto a mim, continua a ser a mais adequada relativa-

QUANTO ÀS RELAÇÕES COM A UNIÃO SOVIÉTICA,
TINHA ESTA FÓRMULA QUE CONTINUA A SER
A MAIS ADEQUADA RELATIVAMENTE AOS ANOS
DA GUERRA FRIA: *PAIX IMPOSSIBLE,*
GUERRE IMPROBABLE.

mente aos anos da Guerra Fria: *paix impossible, guerre improbable* – paz impossível (porque não se consegue uma paz real com uma ofensiva ideológica por parte de um regime totalitário), guerra improvável (porque a União Soviética sofreu de muita destruição e por causa das armas nucleares). Daí o binómio, contenção e rearmamento.

Aliás, em *Paz e Guerra* há um capítulo interessante intitulado «Survivre c'est vaincre» – sobreviver é vencer – no qual entra em polémica com uma série de pessoas que, tanto quanto saiba, também já morreram – Strausz-Hupé, Pozsony, Kintner, o trio que dirigiu o Institute for Foreign Policy Research em Filadélfia –, e que eram a favor de uma «estratégia catónica» contra a União Soviética. Alegava que isso seria não só irrealista como perigoso, que uma cruzada seria hoje impensável, mas que, se fôssemos firmes, havia

esperança na medida em que as contradições do sistema levariam à sua transformação ou desmoronamento.

A questão da descolonização merece, no meu entender, que lhe voltemos a dedicar alguma atenção, porque para muita gente foi equiparada à luta contra o totalitarismo, verificando-se uma sobreposição entre Nasser e Hitler, os rebeldes argelinos e comunistas, e por aí em diante. Ora ele enfatizava alto e bom som que não se tratava da mesma luta. E dizia-se claramente a favor da intervenção na Guerra da Coreia. Aliás, a primeira vez em que tive a oportunidade de o ouvir, foi numa palestra que proferiu logo após o início da Guerra da Coreia, na sequência da invasão do Sul. Na altura, as manchetes do *Le Monde* clamavam: «Il est urgent d'attendre» – é urgente esperar. E Aron rebatia, «Il est urgent d'agir» – é urgente agir. Estava totalmente a favor da intervenção na Coreia.

Por outro lado, relativamente à Argélia, tal como vimos, rompeu com os seus amigos, com o *Figaro* e outros, por ter dito, muito antes da maioria da esquerda, a esquerda responsável ou o centro-esquerda, que a guerra da Argélia não podia ser ganha e que a independência devia ser concedida à Argélia.

Quanto ao Vietname, mostrava-se mais hesitante porque a situação aparentava-se com a da Coreia, de combate contra um país comunista, e com a da Argélia, de luta de libertação nacional contra o colonialismo.

Era essa a sua ideia central. E, no meu entender, nos dias de hoje merece que voltemos a meditar sobre ela, em particular porque o problema era muito diferente na Europa e na Ásia. Na Europa, tratava-se de um problema militar. As populações estavam do lado do Ocidente e o problema situava-se ao nível do Exército Vermelho. A tarefa consistia em conter ou contrapor-se ao Exército Vermelho. Na Ásia, era impossível separar a manipulação comunista da luta de libertação perante a descolonização. Atribuía importância ao nacionalismo em relação ao qual tinha uma grande abertura de espírito.

Isso leva-me ao meu terceiro ponto – mais geral e teórico, embora extremamente prático e relevante – acerca do terrorismo. Manteve diálogos fascinantes com Carl Schmitt.

No fim da sua vida, corria a década de 60, Schmitt escreveu um pequeno opúsculo intitulado *Theory of the Partisan*. Nesse livro dizia que, neste mundo onde domina a insipidez económica, o guerrilheiro renovará, porventura, a luta em nome da grandeza, citando o general francês Salan nesse sentido. Mas, por outro lado, acrescentava: na medida em que já não queremos admitir inimigos reais, como existiam no mundo interestados do pós-Vestefália, agora a pretexto de humanidade deparamo-nos com inimigos absolutos que pretendemos destruir a todo o custo.

E Aron rebatia, no segundo volume do seu grande livro sobre Clausewitz³: Schmitt cai no erro cardinal contra o qual Clausewitz nos advertiu, definindo um combate ou um contendor pelo método – nomeadamente, terror ou terrorismo. Os coronéis franceses não perceberam que não poderiam inverter a acção da insurreição argelina recorrendo aos mesmos métodos de guerra psicológica ou de contra-subversão. «Caíram no engano de tomar uma luta de libertação nacional, conduzida em parte segundo métodos revolucio-

nários, por uma guerra revolucionária. E esse foi um erro de elevados custos que desembocou na insurreição francesa da OAS».

De qualquer maneira, insistia na existência de uma dialéctica entre subversão e repressão; bem que se podem destruir terroristas, mas a sua principal táctica é induzir o aumento da repressão no intuito de mobilizar potenciais apoiantes. O sociólogo alemão Georg Simmel afirmava que em qualquer conflito bilateral existe uma terceira parte virtual ou potencial – quer seja um árbitro, um império, um Estado, ou um espectador interessado. Assim, na luta contra o terrorismo existem os terroristas, mas o nó górdio situa-se ao nível da população a que diz respeito o combate no seu conjunto – isto é, de que lado estará. Em segundo lugar, existe a questão do contexto internacional – quais as consequências. E tal como na sua interpretação de Clausewitz, dá sempre a primazia à dimensão política, às questões políticas. É pois isso que se me oferecia dizer acerca de Aron, antes de passar a uma breve conclusão sobre aquilo que subsiste para além de Aron, cronológica e conceptualmente.

NA LUTA CONTRA O TERRORISMO EXISTEM OS TERRORISTAS, MAS O NÓ GÓRDIO SITUA-SE AO NÍVEL DA POPULAÇÃO A QUE DIZ RESPEITO O COMBATE NO SEU CONJUNTO – ISTO É, DE QUE LADO ESTARÁ.

O QUE SUBSISTE DO PENSAMENTO DE ARON?

Faleceu em 1983, e lamento profundamente que não tenha podido assistir à queda da União Soviética e à confirmação das suas ideias. Ainda no que se refere à corrida aos armamentos, dizia que o perigo de guerra entre a América e a União Soviética não advinha da corrida aos armamentos, mas sim da natureza do regime soviético e, quando o regime soviético se desmoronou, caiu por arrastamento. Penso que, através da sua célebre fórmula «paz impossível, guerra improvável», sintetizou melhor do que ninguém esse período. E, no conjunto, *Paz e Guerra* centra-se nas relações bilaterais entre os dois «inimigos irmãos».

Ressalta hoje evidente que nos encontramos numa fase de um tipo novo e que não podemos extrapolar aquilo que poderia pensar. Parece-me que durante dez anos a paz se afigurava menos impossível, e agora consideramos a guerra menos improvável. Perante um novo género de paz, sem guerra no Ocidente, contudo menos provável do que antes da II Guerra Mundial, a definição das relações internacionais em função da escolha entre guerra e paz torna-se ainda mais duvidosa do que antes. Ambos discutíamos sempre esta questão: sendo cada vez mais difícil dar-se uma guerra em virtude da existência das armas nucleares, havendo contudo mais guerras civis, será ainda útil definir as relações internacionais em função da paz e da guerra, e do facto de se arrogar o direito à guerra? Teriam, desde logo, deixado de existir as relações internacionais no Ocidente?

Penso que não, obviamente. Mas gostava de citar Max Weber: «Não é porque a situação é ambígua que os nossos conceitos devem ser confusos. Isso é verdade. Mas qual a utilidade de conceitos baseados em duas situações extremas se a realidade se situa sempre algures a meio?»

Seja como for, parece-me que existe um novo tipo de paz no Ocidente que tem sido examinado *ad nauseam* pela ciência política americana no tocante às fontes da paz democrática. Entre democracias constitucionais maduras, sejam quais forem os motivos, é inconcebível usar o termo «guerra» para definir um relacionamento. Tanto menos se atendermos à emergência de novos tipos de guerra, novos tipos de inimigos – a guerra civil, o alastramento do fundamentalismo em todo o lado, excepto, em parte, na Europa –, e todas essas coisas acerca das quais se podem encontrar inúmeras referências: redes, movimentos incontroláveis, e por aí em diante.

É interessante verificar que Schmitt, no derradeiro mas grande parágrafo do seu livro, expõe uma proposta perturbante. Diz que a I Guerra Mundial começou como uma guerra entre estados, entre inimigos normais, e transformou-se numa guerra civil transnacional entre inimigos absolutos em nome do princípio de classe. «E quem saberá como se previne o aparecimento de hostilidades análogas e infinitamente mais intensas, de um novo e inesperado tipo, cuja tradução em acção dará origem a encarnações surpreendentes de um novo género de guerrilheiro?»⁴

Poderia ser considerado como uma profecia acerca da Al-Qaida, dos homens-bombas, etc. Não sabemos o que Aron teria dito acerca desta nova situação, mas de uma coisa estou convicto: manteria a primazia do político. E continuaria a avaliar cada combate no contexto dos objectivos e das consequências políticas. Como teria ele equacionado a situação na interacção com o modelo interestatal, que combinação entre acção e moderação levaria ele em linha de conta e que recomendações formularia? Não se pode saber ao certo.

No entanto, posso afirmar, sem contudo negar o seu valor, que o dualismo do seu esquema conceptual já não encontra fortes bases de sustentação. Embora falasse da luta contra as religiões seculares, não se pronunciava sobre o tratamento a dar ao fundamentalismo religioso de cariz fanático. A emergência do sujeito, por um lado vítima, por outro criminoso, tratando-se inclusive de um chefe de Estado que pode ser encarcerado no extremo oposto do planeta, já não cabe bem na sua teoria. Penso que faria uma boa análise da situação, tal como o fez nos seus escritos históricos e artigos em relação à interacção entre guerra e revolução no século XX ou ainda entre política interna e política internacional. Contudo, para mim, o seu esquema teórico acaba por ser excessivamente dualista.

Da mesma maneira, pode ter razão acerca do direito internacional em sentido estrito, inclusive acerca da fraqueza das instituições internacionais, mas não se pronuncia muito acerca da indubitável evolução das normas, em relação aquilo que é tido como normal. Parece-me que a guerra em sentido clássico – se não consegues negociar, avança para a guerra em prol dos mesmos objectivos – foi deslegitimada e, agora, perante esta nova espécie de opositores, a versão anterior de guerra justa contra os infiéis e inimigos da humanidade, está a ser relegitimizada.

É imprescindível, no meu entender, ultrapassar a estrita dualidade entre ordem civil interna e o estado de natureza – anárquico – externo, a favor daquilo a que David Calleo

chama a perspectiva semiconstitucional das relações internacionais⁵, ou «sociedade internacional» na gíria da escola inglesa. Há que superar a oposição entre uma autoridade suprema que seria um Estado mundial – que é inviável – e a anarquia pura. É necessário que essas normas sejam expressas com base na deliberação e no diálogo, e é necessário reconhecer que a solução é mais híbrida e complicada do que nos tempos da Guerra Fria. O nosso sistema é uma espécie de sistema misto, na linha dos regimes mistos da Antiguidade, contendo um elemento de monarquia (mas que tem de se assemelhar a uma monarquia constitucional) e um elemento de aristocracia; por um lado, uma aliança *de facto* (nem me parece que possa ser legislada) entre democracias, por outro, um concerto dos grandes poderes, e, por fim, uma presença cada vez mais importuna de pequenos estados e de actores não estatais.

Ou, para simplificar, uma coexistência de estados, que dispõem da sua soberania, mas para quem a autonomia não significa exclusividade. Depois, há essa nova dimensão dos direitos humanos e da necessidade de intervenção, mas que não pode ser puramente arbitrária, decidida por um país. Há que repensar e reformular esse processo. Algo que não se constata na obra de Aron, em primeiro lugar e sobretudo porque morreu antes do fim da Guerra Fria, e porque a sua análise acutilante estava pouco à-vontade perante estas situações ambíguas, confusas e evolutivas.

Ainda assim lamentamos a sua ausência na situação actual, bem mais complexa do que a da Guerra Fria. É absolutamente imprescindível contarmos com alguém que nos chame a atenção para os perigos conjugados decorrentes de triunfalismo e catastrofismo, de aventureirismo e passividade, de maquiavelismo e relativismo. Não nos fazem falta «simplificadores terríveis», para usar a expressão de Burckhardt que Aron apreciava, nem sintetizadores prematuros. A clarividência de Aron, o seu misto entre paixão e moderação, e a sua consciência tanto da insolvabilidade das tensões como da incerteza das escolhas, incontornáveis, nunca deixarão de ser uma fonte de inspiração, pelo menos enquanto a política subsistir no mundo. **RJ**

TRADUÇÃO: PATRÍCIA ROMAN

NOTAS

* Este texto foi originalmente apresentado na Conferência «Raymond Aron: Um Intelectual Comprometido», organizada pelo IDN e IPRI – UNL, Lisboa, 14-15 de Abril de 2005.

1 BULL, Hedley – «Natural law and international relations». In *British Journal of International Studies* 5 (1979), pp. 171-175, reproduzido em ALDERSON, Ken & HURELL,

Andrew (ed.) – *Hedley Bull on International Society*. Londres: Palgrave, 2000, p. 167.

2 GLENNON, Michael – «Why the UN Security Council failed». In *Foreign Affairs*, vol. 83, n.º 3, Maio-Junho de 2003, pp. 16-35.

3 *Penser la Guerre. Clausewitz – II L'âge planétaire*. Paris: Gallimard, 1976, cap. 5, p. 210.

4 SCHMITT, Carl – *Theory of the Partisan*. Trad. francesa, juntamente com *La Notion du politique*. Paris: Calmann-Lévy, 1972, p. 311.

5 CALLEO, David – «The broken West». In *Survival*, vol. 46, n.º 3, Setembro de 2004, pp. 29-38.